

Projetos para a Instrução: política e educação na Capital Federal na passagem para o século XX

Rosane dos Santos Torres*

RESUMO: No presente trabalho, buscamos nos aproximar de algumas das especificidades dos projetos republicanos para a educação escolar, em particular aqueles presentes na década de 1890. Do conjunto de propostas e ações encaminhadas no período, destacamos duas com as quais, nesse estudo, pretendemos dialogar. Primeiro, analisaremos os projetos de lei apresentados pelos intendentess do Conselho Municipal, os quais pretendiam intervir de modo mais incisivo no ensino da municipalidade. Em seguida, refletiremos sobre a proposta lançada pela Revista Pedagógica, uma publicação oficial do *Pedagogium*, criado por Benjamin Constant, em 1890.

PALAVRAS-CHAVE: Projetos para a Instrução; Conselho Municipal; Revista Pedagógica.

ABSTRACT: On this paper, we intend to talk about some peculiarities of the Brazilian Republican projects on the scholar education; particularly, those present in the 1890's. From a set of proposals and actions taken during that period, we point to two of them to be discussed on this work. First, we analyze the law projects presented by members of the Municipal Council which pretended to interfere more intensively in the municipal education. After, we think about the proposal created by the "Revista Pedagógica" – an official publication of the "Pedagogium" by Benjamin Constant in 1890.

KEY-WORDS: Education Projects; Municipal Council; "Revista Pedagógica".

Apresentação

Nossa proposta trabalho busca apresentar os resultados parciais das pesquisas que estamos desenvolvendo junto ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ para a realização de nossa Dissertação de Mestrado. Pretendemos, nesse estudo, refletir um pouco sobre a Instrução Pública na cidade do Rio de Janeiro, nos anos iniciais da Primeira República no Brasil, na tentativa de acompanhar o

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e bolsista da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2

grande investimento, percebido sobretudo nos últimos anos, de uma historiografia da educação que tem abandonado em seus estudos a prática das grandes sínteses e generalizações, enfocando em seu lugar a heterogeneidade das práticas de apropriação dos modelos educacionais, enfatizando as possibilidades históricas e os usos diversos que os agentes fazem das instituições escolares (NUNES, 1992). Fato que nos permite compreender o oitocentos brasileiro, em matéria de instrução, como um campo fértil de pesquisas e de discussão.

Nessa perspectiva, quando lançamos nossas lentes para os diferentes projetos, ou ainda, para as diversas maneiras como, nos primeiros anos republicanos, vimos, por parte dos representantes do poder público (ainda que não apenas eles), a defesa de propostas de intervenção na organização e nas práticas escolares, defendemos a necessidade de um olhar mais meticoloso sobre as mesmos. Nesse sentido, é importante ressaltarmos que, embora muitas das propostas e ações levadas a cabo nesse período tenham reivindicado certa originalidade (em termos de mobilização para as questões do ensino), boa parte do que aqui vamos apresentar traz permanências significativas do que já se vinha discutindo durante o Estado Imperial brasileiro (MARTINEZ, 1997).

Assim, elegemos para essa reflexão duas experiências muito peculiares. Ainda que atendendo a expectativas e dinâmicas diferentes, ambas se aproximam em uma leitura mais ampla, do que aqui estamos compreendendo como projetos para a instrução. Nossa tentativa é apresentar a existência de um quadro “não homogêneo” de ações no campo da instrução, em que se fizeram presentes medidas também de caráter oficial, as quais buscavam ter uma ação direta na organização e nas práticas educativas, sejam elas referentes à cidade do Rio de Janeiro ou não. Por isso, ainda que, num certo sentido, a circulação dessas idéias permeasse o dia-a-dia da cidade e se manifestasse de diversas formas, optamos por trabalhar somente com essas duas que, nesse momento, nos parecem bem representativas do objeto que em nossa pesquisa escolhemos para trabalhar.

A primeira se refere aos projetos de lei encaminhados pelos intendentos do Conselho Municipal, representantes do poder legislativo da cidade. Por sua natureza, eram propostas voltadas para uma esfera local, cuja ação repercutia de modo direto na estrutura do ensino da municipalidade. A segunda diz respeito a uma revista, pensada em nível nacional, responsável pela divulgação e circulação de idéias que possuíam como uma de suas finalidades a afirmação de um corpo de saberes e de uma identidade, em termos de práticas e de conhecimentos, especificidades e regulações que nos sugerem a pretensão, por parte de seus

idealizadores, de criar um modelo de ensino a ser difundido nas escolas do país (FERNANDES, 2006).

Os intendentos do Conselho Municipal e a Instrução Pública na cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX

Atendendo a uma dinâmica particular de elaboração, os projetos de lei utilizados nessa pesquisa estão contidos nos *Anais* da casa legislativa e “podem ser entendidos como uma ‘memória oficial’ sobre o dia-a-dia do Conselho”, cujas sessões se apresentam como um momento privilegiado dessa memória em que se buscava “discutir e deliberar sobre assuntos que envolviam questões de interesse da municipalidade” (MAGALHÃES, 2000:4). Uma discussão que era, em grande medida, alimentada pelas disputas e negociações que marcavam o cotidiano desses legisladores e que apontam para a existência de um complexo quadro político na urbe carioca nos anos finais do século XIX.

Quanto à participação do Conselho nos assuntos relacionados à escolarização da população da cidade, é muito interessante procurarmos compreender como os intendentos se apropriaram de uma discussão já travada nos anos anteriores, mantiveram-na nos registros oficiais e defenderam-na como uma “causa necessária”; chegando-se até a afirmação de que a Instrução Pública seria “o” problema mais importante que a casa teria para resolver.

Embora não fosse o único tema a despertar debates e negociações entre os membros do Conselho, a Instrução Pública aparece na pauta das discussões como um poderoso mecanismo de intervenção dos poderes públicos no cotidiano da cidade e como um dos elementos vitais apontados por esses legisladores para a promoção do progresso no país. Por isso, além de defenderem uma ampliação na oferta do ensino, debatiam muito fortemente a respeito de sua organização. Logo apareceram temáticas como a obrigatoriedade, os níveis que deveriam ser privilegiados, a qualificação e formação dos professores, assim como a própria disposição dos espaços escolares.

Entre os anos de 1892 e 1902, distribuídos entre quatro legislaturas, os projetos de lei divergiram profundamente entre si, tanto no que se refere à natureza de sua apresentação, quanto na intensidade de debates travados no decorrer de sua tramitação pela casa legislativa.¹ O que nos revela uma dinâmica, cuja heterogeneidade traz pistas importantes para pensarmos

¹ Nesse período foram apresentados 1872 projetos de lei, dos quais 3,9% estiveram voltados para o ensino municipal. Em relação à natureza das propostas ligadas ao ensino, podemos apresentá-las alternadas em dois grupos: o primeiro, de aspecto mais geral, refere-se aos projetos de reforma e regulamentação do ensino da cidade; o segundo, de caráter mais específico, diz respeito aos projetos relativos à concessão de licenças, consertos e reformas nos edifícios escolares e aquisição de novos prédios, por exemplo (TORRES, 2006).

4

como a instrução/educação da população, em diferentes momentos, ocupou o repertório das prioridades elencadas por alguns representantes do poder público municipal como estratégia de legitimação e de negociação política.

Somente em termos de ilustração, na urbe carioca de fins do século XIX, imiscuíam-se, em um mesmo espaço, diversos projetos de nação, uma ampla circulação de idéias (em que a imprensa teve um papel significativo), assim como a efetivação de medidas que procuravam conter os quadros de desordem pública. O que tínhamos era a convivência, nem sempre harmoniosa, de propostas voltadas para a resolução de problemas caros à cidade e à sua população, e que muitas vezes chegavam a assumir uma feição mais dura.

Por exemplo, um dos problemas principais vividos pelos moradores da cidade, e que atingia as discussões do Conselho, era a questão das habitações. Estas não eram suficientes para atender a demanda de trabalhadores que delas necessitavam fazer uso, o que gerava, entre outras conseqüências, o aumento das habitações coletivas e a disseminação de pessoas dormindo no próprio estabelecimento de trabalho. Essa problemática tendeu a se aliar ao discurso da salubridade e da higiene pública, o que levou, entre outras medidas, à proposição de casas operárias pelos intendentos (MAGALHÃES, 2000) e à erradicação dos cortiços da cidade (CHALHOUB, 1996).

O que a configuração do espaço urbano e, em particular, a questão habitacional revelam é a grande desigualdade social existente na cidade do Rio de Janeiro no final do oitocentos. Contudo, a precariedade que caracterizava o cotidiano de boa parte da população, na década de 1890, e as temáticas diretamente a ela relacionadas, ultrapassa a questão habitacional. Se considerarmos o elevado custo de vida, sobretudo em termos de alimentação, o baixo poder aquisitivo de boa parte da população, o próprio crescimento demográfico ocorrido no período e os altos índices de doença (como é o caso da febre amarela, da tuberculose, da varíola e da malária), visualizaremos um quadro social bastante complexo.

Desse modo, a problemática envolvendo a instrução pública na capital federal, durante os primeiros anos republicanos, caminhou ao lado inúmeras questões, o que torna bastante difícil a sua análise. De qualquer forma, sem ter a pretensão de apresentar uma definição conclusiva do que foi feito por parte dos intendentos em relação ao ensino na municipalidade nesse período, convém sistematizarmos algumas pistas recolhidas.

Pelo conjunto das propostas apresentadas, percebemos, por parte desses legisladores, uma nítida preocupação em deixar registrado seu papel como colaboradores na construção de uma nação moderna e civilizada, o que, traduzindo nas suas possibilidades de ação, significou

5

eleger a instrução pública como um veículo para se atingir o progresso nacional, de modo a tornar os seus esforços um modelo e um incentivo para as demais regiões do país. Um apelo forte que, por isso mesmo, assumia inúmeras justificativas.

Foi, em parte, nessa perspectiva que se enquadraram muitos dos projetos de lei encaminhados nesse período. Pois, qualificar os professores e aprimorar sua formação, instruir um número cada vez maior da população, criar bibliotecas nas diferentes freguesias, reformar determinados edifícios escolares significava melhor formar os “futuros cidadãos” e garantir o pleno desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo em que se impediriam as manifestações desordeiras de se espalharem pela cidade, transmitiriam às gerações futuras uma herança incontestável de trabalho árduo em benefício da pátria, isto é, na construção da nação brasileira.

A Revista Pedagógica e o discurso da modernidade nacional

Com o exposto acima, o que tentamos demonstrar é que, nesses primeiros anos de experiência republicana, a temática da modernidade nacional já era apresentada como um fator determinante em muitas das ações realizadas. Os argumentos que procuraram pensar o Brasil e sua inserção no conjunto dos países mais avançados, não podem ser vistos senão a partir de uma leitura atenta do que, para cada agente em questão, significavam os ideais de Ordem, Progresso e Civilização.

Como os intendentess não representam vozes isoladas nesse contexto, privilegiaremos a partir de agora uma perspectiva mais geral, cuja proposição é bastante pertinente para o que aqui tentamos demonstrar. Como já sugerimos, a constituição de um “programa republicano”, em matéria de instrução pública, envolveu um conjunto de medidas que visaram, entre outras coisas, em garantir o estabelecimento de uma ordem no país que pudesse instituir a marca dos novos tempos que eram vividos. Os discursos produzidos e as ações realizadas no campo educacional caminharam tanto no sentido de reorganizar o ensino e ampliar sua oferta para a população, quanto na premissa de sustentar, como base para a construção do país, os princípios que apontavam para a “Ordem” e para o “Progresso” como vias necessárias para se construir um país forte e civilizado. Um movimento que se manifestou em diversas frentes.

Uma das maneiras de assegurar esses ideais deu-se a partir da utilização de concepções e métodos modernos, mediante uma intervenção direta do Estado que, por meio de decretos e leis, contribuiu para organizar algumas questões relativas à instrução e legitimar alguns

6

discursos a ela associados. Um modo de levar a cabo o projeto foi a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, pelo decreto nº. 346, de 16 de abril de 1890, pelo chefe do governo provisório, o General Manoel Deodoro da Fonseca. Para estar à frente da pasta foi designado o Marechal Benjamin Botelho de Magalhães Constant, o qual empreendeu uma ampla reforma no ensino primário e secundário do Distrito Federal, bem como na instrução superior, artística e técnica em todo o território nacional. Essa reforma, decretada em 1890, apresentava como princípios norteadores, a gratuidade do ensino primário, a laicidade, a liberdade de ensino e a ciência como fundamento da organização curricular e do ensino propriamente dito.

No conjunto de suas ações encontramos a criação do Museu Pedagógico Brasileiro, denominado Pedagogium, cujo modelo encontrou sua inspiração em alguns países europeus, compreendidos, naquele momento, como os mais avançados em matéria de instrução. Tal Museu foi criado com o objetivo de contribuir para o avanço da educação nacional, constituindo-se um lugar de referência nacional, a exemplo do que ocorria no exterior.

Sua finalidade está expressa logo no primeiro capítulo do Regulamento aprovado pelo Decreto nº. 980, que o define como centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carecia a educação nacional, oferecendo aos professores públicos e particulares os meios da instrução profissional, a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado. Proposta que seria atendida mediante a exposição permanente de um Museu Pedagógico, por conferências e cursos científicos, por gabinetes e laboratórios para o estudo prático de ciências físicas e história natural, por exposições escolares anuais, pela direção de uma escola modelo e pela publicação de uma *Revista Pedagógica*.

Quanto a essa última, publicada entre os anos de 1890 e 1896, não teve uma periodicidade regular, sendo mensal em seus primeiros números, tornando-se irregular por um tempo e trimestral, próximo ao fim de sua circulação. Composta por 48 fascículos, distribuídos em nove tomos, e com um número de páginas variável ao longo de seu ciclo de existência, era publicada pelos Editores Alves & Cia e distribuída gratuitamente aos professores públicos do ensino primário e aos estabelecimentos públicos de instrução, nacionais e estrangeiros. Sua direção ficou a cargo do Dr. Joaquim José Menezes Vieira, diretor do Pedagogium e responsável pela autoria dos editoriais e de alguns outros artigos que compunham as publicações da Revista.

De modo geral, podemos dizer que a publicação desse impresso desempenhou

um papel fundamental, tanto na circulação quanto na produção de saberes ligados à educação e, conseqüentemente, na progressiva constituição do campo disciplinar

pedagógico (...), por meio da constituição/veiculação de um discurso educacional cada vez mais especializado (FERNANDES, 2006:2).

Nesse caso, integramos a publicação da Revista Pedagógica a um conjunto mais amplo de medidas que buscavam pôr em prática os ideais republicanos para a educação, cujo programa esteve claramente traçado na própria disposição regulamentar do *Pedagogium*. De acordo com Menezes Vieira, diretor da instituição em seus primeiros anos de funcionamento, sua finalidade era informar o pessoal docente a respeito do que se fazia no Brasil e no exterior, em matéria de instrução, para desenvolver e aprimorar os conhecimentos dos professores primários, ao mesmo tempo, “estreitando-lhes as relações fraternas e combatendo todas as causas que possam concorrer para destruir o espírito da classe, a solidariedade profissional” (REVISTA PEDAGÓGICA, 1891:329).

Sua primeira edição consta de 15 de novembro de 1890, ou seja, exatamente um ano após a Proclamação da República. O que nos leva a acreditar que, embora não haja, explicitamente, menção a esse respeito no número inaugural, se trata de uma escolha intencional, em que além de comemorar o primeiro aniversário da República, reforça-se, nas entrelinhas, o vínculo estreito que existiria entre o periódico e as pretensões republicanas que, por meio dela, seriam divulgadas.

Ao todo, durante os seis anos em que circulou, a Revista reuniu 48 fascículos, distribuídos em nove tomos, de aproximadamente 22x15 cm, na seguinte proporção: até o tomo VII, a frequência é de seis fascículos em cada um; o tomo seguinte reúne quatro fascículos; enquanto que o tomo IX traz apenas dois fascículos. Com um número variado de páginas e de assuntos abordados, seu programa aparece explicitado logo na primeira edição, integrando o editorial, assinado pelo Dr. Menezes Vieira. Em suas publicações constará, afirma ele,

os atos oficiais relativos à instrução primária e secundária, as conferências e lições dos cursos do Pedagogium, memórias de Pedagogia, especialmente prática, de autores nacionais e estrangeiros.

Juízos críticos sobre os métodos e processos de ensino, todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional.

Dos trabalhos dignos de nota será conservada a composição tipográfica para imprimirem-se fascículos ou volumes destinados a formar a biblioteca especial do Pedagogium (REVISTA PEDAGÓGICA, 1890:1).

Ao oferecer aos seus leitores o acesso às metodologias e aos conhecimentos mais aperfeiçoados, a Revista interferia em suas práticas cotidianas, na medida em que padronizava, pedagógica e administrativamente, o modelo de escola e de profissionais que se queria formar. Ela influenciava nos métodos adotados, nos saberes produzidos, nas

8

experiências vividas e na definição dos “valores” que deveriam ser cultivados pelos alunos e pelos próprios mestres, em benefício da modernização do país. São práticas e discursos que nos sugerem que, para além de sua “apresentação” como mero auxílio do Estado “para o progresso do professorado nacional”, como defendeu seu editor, em 1890, existe um papel formativo que nos faz compreendê-la como um importante agente, cujos interesses políticos estiveram bem definidos nas seções que publicava.

Seus fascículos compreendiam: *Parte Oficial*, seção de *Pedagogia*, *Crônica do Interior e do Exterior*. Estas constituíam o que podemos chamar de seções permanentes, presentes em todos os tomos, nas quais eram divulgadas notícias de caráter administrativo e pedagógico. Havia, no entanto, outras seções, cuja frequência poderia variar de acordo com a necessidade ou o interesse de seu divulgador. Tal é caso das seções *Visitas*, *Anúncios* e *Panteão Escolar* que, embora também funcionassem como dispositivos de divulgação dos feitos republicanos em matéria de instrução, não foram encontrados em todos os tomos. Outras, no entanto, como é o caso da seção “*Aquisições do Pedagogium*”, aparecem uma única vez, sendo seus conteúdos incorporados em outras partes da Revista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. *Educação, Ciência e Progresso: a Revista Pedagógica e o “problema social” do Brasil no final do século XIX*. Revista Contemporânea de Educação, abril de 2006. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/revista>> Acesso em: janeiro de 2008.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. “Formulando projetos para a cidade: o Conselho Municipal do Rio de Janeiro discutindo a questão da habitação popular (1892-1902)”. In: *Revista de História Regional*, vol. 5, nº. 1, verão 2000.

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e Instruir: a Instrução Pública na Corte Imperial. 1870 a 1889*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2004.

NUNES, Clarice. *História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. Teoria e Educação* (6). Porto Alegre, 1992.

TORRES, Rosane dos Santos. *Ecos da civilização: o Conselho Municipal e a Instrução Pública na Capital Federal (1892-1902)*. Monografia de Graduação em História (61 fls.). São Gonçalo: FFP/UERJ, 2006.

